

Fruticultura: Uma opção às Monoculturas tradicionais da região Noroeste do Rio Grande do Sul

Álvaro Nestor Weber Hoffmann - Mestrando em Desenvolvimento. Gerente de Produto na Lógica Informática LTDA. Email: alvaronwh@gmail.com

Daniel Hinnah - Mestrando em Desenvolvimento. Professor no IF Farroupilha Campus Panambi. Email: danielhinnah@hotmail.com

Dilson Trennenpohl - Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor na Unijuí. Email: dilson@unijui.edu.br

RESUMO

O Brasil vivenciou no último século uma revolução verde, destacando-se mundialmente como grande produtor e um dos maiores exportadores de grãos do mundo. Esta revolução verde foi caracterizada pelo cultivo contínuo de produtos com maior rentabilidade, o que auxiliou para consolidar a monocultura, principalmente da soja, milho e cana de açúcar, fato que não foi exclusividade do Brasil, mas também de quase todos os países tropicais (SILVA; MARTINS, 2011). Com o foco em maior produtividade, os grandes empreendimentos agrícolas têm dominado cada vez mais o cenário produtivo de grãos, dificultando a perenidade dos pequenos agricultores, principalmente os formados pela denominada agricultura familiar. Apesar de ser uma potência em produção de grãos, o Brasil também tem destaque mundial na produção de frutas, ocupando a terceira posição dos principais países produtores de frutas SEAB (2015). Neste tipo de cultivo um modelo de produção que destoa dos padrões e das tendências nacionais de produção de grãos é a Cooperativa de Fruticultores Panambi LTDA – FRUTIPAN, a qual possui em seu quadro de cooperados vários agricultores da região, diversificando o cultivo regional por meio de produção de frutas para comercialização *in natura* e para produção de sucos naturais.

Palavras-chave: Fruticultura. Monocultura. Empresa Familiar. Cooperativa.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a economia brasileira sofreu grandes transformações na atividade produtiva agropecuária e de seus mercados nacionais e internacionais. Nesse contexto, o agronegócio brasileiro tornou-se um segmento com grande representatividade econômica e expressão mundial (GOMES; BORÉM, 2013). O Brasil possui grande destaque internacional na produção de grãos, com números comprovados pelas safras recordes alcançadas ano a ano e na temporada de 2014/2015 a produção foi de 204,5 milhões de toneladas, com um aumento de 5,6% em relação à produção da temporada de 2013/2014, destacando como principais culturas a soja e o milho, a área total utilizada para o plantio é estimada em 57,66 milhões de hectares. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2015). Este processo de intensificação da produção de grãos, também denominada de revolução verde, teve início no último século e foi caracterizado pela predominância de cultivos contínuos de produtos com grande rentabilidade, mais facilidade no manuseio e possibilidades de grandes extensões de produção agrária. Este fator auxiliou para consolidar a monocultura, principalmente da soja, milho e cana de açúcar, fato que não foi exclusividade do Brasil, mas também em muitos países tropicais (SILVA; MARTINS, 2011). O Rio Grande do Sul foi na temporada 2014/2015 o terceiro maior produtor de grão do Brasil, ficando atrás do Paraná, segundo e, Mato Grosso o qual é o maior produtor de grãos do Brasil (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2015).

O processo de intervenções para reorientar a evolução agrícola de um país ou de uma região, em conformidade aos interesses coletivos, a priori, deveria ser do Estado ou das organizações locais (prefeituras, conselhos municipais). Porém em muitos casos isso ocorre por agentes financiadores externos, agências de cooperação internacional e/ou organizações não governamentais - ONGS (DUFUMIER, 2007). A diversificação agrícola é de grande importância para que os pequenos agricultores, principalmente os empreendimentos denominados de agricultura familiar, possam encontrar condições de sobrevivência no campo. Santana (2007), destacando a importância da implantação de outras culturas, relata que em 2004 a produção de fruta no Estado do Pará gerou 626 empregos formais diretos e as agroindústrias geraram 1.374 empregos formais nos municípios alvo de sua pesquisa. O cultivo ocupou direta e indiretamente 106 mil pessoas (empregos formais e informais), tendo como destino o mercado nacional, absorvendo 50% da produção de polpa de frutas, o mercado estadual com 41,5% e o mercado internacional com 8,5% do total. Estes dados destacam a relevância da fruticultura na economia regional.

Por meio da intervenção da EMATER RS, um grupo de agricultores da Região Noroeste do Rio Grande do Sul foi desafiado, no início dos anos 90, a apostar em um novo cultivo agrícola, a produção de frutas. Este grupo de agricultores posteriormente formou uma cooperativa e uma agroindústria produtora de sucos naturais, que possibilitou a permanência de várias famílias da região na zona rural, gerando novos empregos e rentabilidades para os cooperados (PÁGINA RURAL, 2008).

O presente artigo teve como objetivo identificar como a FRUTIPAN foi constituída e de que modo houve a intervenção local que possibilitou que a mesma fosse constituída e que seus participantes pudessem apostar em um novo cultivo. Para isso foi efetuada uma entrevista semiestruturada com a família sócia fundadora para obter os dados primários para a elaboração do artigo. Como principal referencial teórico foi utilizado o autor Marc Dufumier que destaca em sua obra *Projetos de Desenvolvimento Agrícola* vários pontos sobre desenvolvimento regional, como por exemplo, a intervenção do Estado nos projetos de desenvolvimento, a sua organização, os seus atores e os impactos relevantes para a sociedade, economia e meio ambiente.

2 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Para Dufumier (2007) os projetos de desenvolvimento agrícolas têm como finalidade atender os objetivos formulados em nome do interesse geral, por meio de políticas de desenvolvimento econômico e social. Destinam-se a pôr em ação projetos que permitam favorecer a implantação de novos sistemas de produção, conforme os objetivos econômicos e sociais, como por exemplo: segurança alimentar, geração de riquezas, aumento e distribuição de renda, criação de empregos, criação de matéria-prima para as indústrias, entre outros. É necessário que os produtores tenham acesso aos meios de produção adequados, em quantidades suficientes e nos momentos certos. Outros componentes importantes para os projetos de desenvolvimento agrícola são a construção de instalações e implantação de infraestruturas de interesse coletivo.

O momento histórico em que os projetos de desenvolvimento se constituíram como importante ferramenta de transformação da realidade social pode ser detectado no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Foi a partir desse momento e até os dias atuais que muitos procedimentos relacionados aos projetos e à sua linguagem foram sendo melhorados. Este processo se intensificou gradualmente e, nesse percurso, realizaram-se experiências

relevantes que estão na base do formato que se conhece atualmente, como por exemplo, o projeto de desenvolvimento pós-guerra conhecido como “Desenvolvimento de Comunidades” que tinha como objetivo desenvolver os países pobres (NETO; GEHLEN; OLIVEIRA, 2010).

Atualmente pode se definir que “Projetos de Desenvolvimento são, genericamente, conjuntos de ações articuladas para interferir nos processos de desenvolvimento em busca de determinados objetivos ou interesses” (TRENNEPOHL, 2012, p. 370). Aprofundar a reflexão sobre projetos de desenvolvimento parece ser uma tarefa importante para qualificar as ações decorrentes das necessidades locais. Nem sempre as comunidades locais terão condições técnicas ou financeiras para empreender planejamentos de projetos de desenvolvimento, para tanto, é de fundamental importância o apoio de organizações públicas e privadas para que os projetos de desenvolvimento tenham sucesso.

3 A NECESSIDADE DA INTERVENÇÃO DO ESTADO

Segundo Dufumier (2007) os produtores locais dificilmente possuem a iniciativa de elaborar um projeto de desenvolvimento, necessitando assim que o Estado, organizações privadas ou outras instituições façam a intervenção para que possa haver uma reorientação nos processos produtivos agrícolas, os quais possibilitem o êxito para todos os envolvidos. Ainda para o autor, mesmo com a intervenção externa, é necessário observar que os objetivos de um projeto de desenvolvimento não deve se distanciar dos interesses dos agricultores locais, fato relevante para o sucesso ou insucesso do projeto.

Pelo fato da agricultura ter grande importância econômica em seus países, são raros os países que não interferem na orientação dos processos produtivos. Um exemplo muito conhecido é o modelo que os Estados Unidos utilizam, no formato de produção e de proteção de seus produtores, intervindo diretamente no mercado por meio de controle de barreiras dos concorrentes estrangeiros e subsídios para os produtores internos. A União Europeia possui um sistema semelhante, assim como outros exemplos em países como Japão, Austrália e Nova Zelândia. Porém também é necessária uma intervenção do Estado nos países mais pobres, onde a produção agrícola ainda está longe de suprir as necessidades locais, ainda mais que nestes países a taxa de crescimento da população ainda é muito maior do que o desenvolvimento agrícola (DUFUMIER, 2007).

Nos países do terceiro mundo, as políticas de desenvolvimento agrícola possuem uma grande diversidade e tem como objetivo assegurar a sociedade contra uma crise alimentar,

porém a escolha entre atender a demanda interna ou exportar, proteger o mercado interno ou praticar o livre comércio tem impactos importantes na produção, podendo-se fomentar a produção interna para exportação e proporcionar uma riqueza maior aos produtores, como também podendo fomentar a produção interna juntamente com o consumo interno para proporcionar a mesma riqueza.

Em muitos casos, os países que são grandes exportadores de produção agrícola, acabam tendo que importar alimentos para a população interna, uma incoerência, mas é comum exportar soja e importar óleo ou outros derivados da soja. Nos países do terceiro mundo, a produção agrícola não retorna a riqueza suficiente aos produtores e suas famílias, estes por sua vez, com dificuldades em continuar o ciclo de produção, são obrigados a se desfazerem de suas terras e irem para os centros urbanos. Estes centros, por sua vez, não possuem estruturas suficientes para absorver esta nova população, criando outros problemas (DUFUMIER, 2007).

Os modelos de intervenção do Estado no desenvolvimento agrícola possuem grande diferença conforme for o modelo dos regimes políticos vigentes. Nos países socialistas a intervenção do estado foi mais importante do que naqueles em que prevalecia a economia de mercado. Na maioria dos países do terceiro mundo as políticas agrícolas são baseadas em apoio aos produtores, caixas de crédito rural, instituição de pesquisa, central de compras de insumos, preços mínimos de comercialização, entre outros. Modelos de divisão de terras, de arrendamento estatal, não tiveram tanto sucesso como o modelo pelo qual os próprios produtores se apropriaram das terras e se organizaram em cooperativas agrícolas. Para Costa, Guilhoto e Imori (2013), apesar do Brasil ser reconhecido por sua competitividade agrícola, o setor não possui tanta intervenção governamental quanto os incentivos despendidos para outros setores, como o industrial, refletindo em investimentos, geração de renda e de empregos nas respectivas áreas. Como exemplo, os autores comparam os incentivos agrícolas com os incentivos fiscais nas indústrias automobilísticas, embasando esta afirmação.

4 MONOCULTURA E DIVERSIFICAÇÃO DO CULTIVO

O início do século passado foi marcado pela Revolução Verde (SILVA; MARTINS, 2011), fenômeno caracterizado pela expansão do cultivo de grandes áreas e pela monocultura de cultivos que possibilitassem um padrão de manuseio por meio da utilização otimizada de equipamentos e métodos de produção que pudesse racionalizar custos de produção e retornar

maiores lucros. Como um método utilizado para este fim foi implementado a partir da década de 1990 no Brasil a tecnologia do plantio direto, o qual caracteriza-se por ser:

uma técnica de cultivo conservacionista em que o plantio é efetuado sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem. Nessa técnica, é necessário manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. Essa cobertura tem por finalidade proteger o solo do impacto direto das gotas de chuva, do escoamento superficial e das erosões hídrica e eólica. O plantio direto pode ser considerado como uma modalidade do cultivo mínimo, visto que o preparo do solo limita-se ao sulco de semeadura, procedendo-se à semeadura, à adubação e, eventualmente, à aplicação de herbicidas em uma única operação. (CRUZ *et al.*, 2015).

Para maior produção e retorno para os agricultores, sem dúvida estes processos revolucionou a produtividade das terras, por outro lado, a não diversificação também trouxe consigo alguns pontos negativos, como por exemplo, a compactação do solo, desmatamento, consumo excessivo de água e energia em projetos irrigados e processo de assoreamento de rios e nascentes, comprometendo a biodiversidade, aumentando a população de determinados insetos, diminuindo a quantidade de animais silvestres e aumentando a necessidade de um maior uso de agrotóxicos para controle de pragas que aumentaram de forma rápida por não terem mais no meio ambiente seus predadores ou controles naturais (PENSAMENTO VERDE, 2013).

Para Dufumier (2007) a diversificação do cultivo é ponto importante para os projetos de desenvolvimento local, possibilitando aos agricultores obterem rendas auxiliares na propriedade com um ciclo de retorno mais frequente por meio de produções mais constantes. A diversificação também pode ser uma forte aliada aos preços de mercados e instabilidades do tempo. Haas (2008) corrobora com o citado autor, quando destaca os resultados de sua pesquisa que a diversificação da produção é propulsora de possibilidades de comercialização, do resgate do cultivo de produtos tradicionais, da produção para abastecimento da família, a ampliação da renda e possibilidade de investimentos na produção, na qualidade de vida da família e, que essa diversificação da produção diminui os riscos econômicos, oferecendo mais segurança contra intempéries e desigualdades nas colheitas.

5 FRUTICULTURA MUNDIAL E BRASILEIRA

A produção de frutas no mundo se caracteriza pela grande diversidade de espécies cultivadas, e em sua maior parte por produção de frutas em clima temperado, produzidas e

consumidas principalmente no Hemisfério Norte. Conforme o quadro 1, podem ser verificadas as principais frutas produzidas no mundo em 2012, tendo como destaque a produção de bananas (18,0%), melancias (13,6%), maçãs (9,9%), laranjas (8,8%) e uvas (8,7%), mostrando a representatividade da produção mundial de frutas.

Quadro 1 – Principais frutas produzidas no mundo em 2012

Fruta	Área (ha)	Produção (t)	% Produção
Bananas	10.360.676	139.154.948	18,0%
Melancias	3.472.997	105.372.341	13,6%
Maçãs	4.842.822	76.378.738	9,9%
Laranjas	3.816.693	68.223.759	8,8%
Uvas	6.969.373	67.067.129	8,7%
Demais Frutas	31.920.156	317.646.096	41,0%
TOTAL	61.382.717	773.843.011	100,0%

Fonte: SEAB (2015)

O Brasil é o terceiro maior produtor de fruta do mundo, tendo como principais consumidores os mercados europeus e norte-americanos. O Rio Grande do Sul também possui papel de destaque na produção de frutas, principalmente nos campos de cima da serra na produção de maçãs (BUAINAIN; BATALHA, 2007). Em 2015 a produção brasileira de frutas deve ficar em torno de 40 milhões de toneladas e passa a representar um diferencial econômico importante para várias regiões do Brasil, pois:

a introdução da fruticultura nos vários estados cria oportunidades de emprego e de renda e estimula a industrialização. Além das frutas in natura oferecidas nos mercados regionais, a sua transformação em alimentos e bebidas com larga aceitação movimenta a economia nas cidades. É o caso, por exemplo, da cadeia dos vinhos, dos espumantes e dos sucos nas regiões de vitivinicultura, dos sucos de laranja e de outras frutas tropicais, e dos industrializados que começam a ser exportados (REETZ, 2015, pg. 6).

A agricultura envolvida na cadeia produtiva de frutas no Brasil abrange 2,7 milhões de hectares e gera 6,0 milhões de empregos diretos (SEAB, 2015). No quadro 2 podem ser conferidos as principais frutas produzidas e suas representatividades no Brasil em 2014, destacando a produção de bananas (18,02%), laranjas (17,62%), uvas (9,24%), abacaxis (8,46%) e maçãs (4,95%) e demais frutas.

Quadro 2 – Principais frutas produzidas no Brasil em 2014

Fruta	Área (ha)	Produção (t)	% Produção
Bananas	487.902	7.138.437	23,14%
Laranjas	650.190	14.851.788	17,62%
Uvas	79.142	1.436.074	9,24%
Abacaxis	64.673	3.407.701	8,46%
Maças	37.122	1.377.393	4,95%
Demais Frutas	1.381.529	11.411.172	36,59%
TOTAL	2.700.558	39.622.565	100,0%

Fonte: SEAB (2015)

Estas informações citadas acima conferem à produção de frutas no Brasil uma posição de destaque, tanto pela capacidade produtiva em relação aos demais produtores mundiais, como no impacto econômico e social que a cadeia produtiva.

6 COOPERATIVA DE FRUTICULTORES PANAMBI - FRUTIPAN

A Cooperativa de Fruticultores Panambi Ltda – FRUTIPAN está localizada em Panambi/RS, na Linha Maranei, interior do município. Conta com um total de 30 sócios e está instalada num local cedido em comodato pela prefeitura de Panambi, num prédio ocioso onde funcionava uma escola, já desativada. Foram realizadas adequações no prédio para instalar a agroindústria. A estrutura física é composta por escritório, local para armazenagem das frutas, seleção e expedição das frutas “*in natura*” e, para processo de industrialização, possui um local para o processamento, armazenagem e expedição do suco, armazenamento de embalagens e insumos.

A FRUTIPAN adquire as seguintes frutas dos associados e de não associados: laranja, bergamota, uva e amora preta. Parte das frutas que comercializa é *in natura* e outra parte transformada em suco. A laranja e bergamota são os principais produtos. Os sucos de laranja e bergamota produzidos não recebem adição de conservantes e água, nem passam por processo industrial de pasteurização, o que lhes dá uma característica peculiar, devendo ser consumidos em até 48 horas após a extração.

A cooperativa possui situação fiscal, ambiental e sanitária regularizada, sendo que possui registro sanitário junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, credenciando a cooperativa para comercializar suco por todo território nacional. Como estratégia de mercado atual, acessa o mercado convencional e institucional, mercado

este fomentado por políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar do governo federal, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (P.A.A.) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que dispõe sobre alimentação escolar, definindo que 30% do orçamento da alimentação escolar deve ser investido na compra direta de produtos oriundos da agricultura familiar. Opera o PNAE estadual e municipal, nos municípios de Panambi, Condor, Ijuí, Bozano e Cruz Alta.

Em descritivo resumido do histórico da cooperativa, pode ser destacado que ela teve seu início nos anos 90 por intervenção do Governo do Estado, através do programa estadual de apoio a fruticultura e das Prefeituras Municipais, notadamente a de Panambi, os quais estimularam os agricultores a implantarem pomares de citros,. Na época 11 produtores dos municípios de Panambi, Condor e Pejuçara aderiram a este programa, juntos iniciaram o cultivo com 13 hectares. O objetivo dos produtores inicialmente era produzir citros em áreas não muito extensas, como forma de diversificação de culturas, e seguindo requisitos do programa estadual, com uso mínimo de agrotóxicos. A cooperativa encontrou na época dificuldades tanto no manuseio para a produção orgânica, quanto na comercialização, essa tentativa de produção orgânica perdurou até por volta de 1999, ano em que sofreram com maior dificuldade para comercializar sua produção e abandonaram o cultivo orgânico.

Observando especificamente o município de Panambi, onde está localizada a sede da cooperativa, a área plantada está localizada numa microrregião, cujos estudos denominam como mais apta para *“agricultura diversificada”*, e abrange a parte da sudoeste do município, envolvendo as localidades de Linha Caxambu, Ocearu, Jacicema, Linha Passo das Rochas, Linha Inhame, Maranei e parte de Gramado. Caracteriza-se por apresentar solos mais profundos e relevo levemente ondulado e tendo o Rio Caxambu presente nessa microrregião (BASSO e HENRIQUES, 2010).

Em 2001 os fruticultores criaram uma associação informal, para organizar a comercialização das frutas fora do padrão de mesa. A prefeitura de Panambi cedeu, através de comodato, o prédio de uma antiga escola e os produtores adquiriram uma máquina extratora de suco, iniciando a agroindustrialização. No ano de 2002 houve a diversificação de espécies cítricas, com a implantação de pomares de bergamotas. Em 2003, através de um programa de assistência técnica para cooperativas, executado pela UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, agricultores pertencentes à associação idealizaram a formação de uma cooperativa. Neste mesmo ano, ocorreu a aquisição de uma nova extratora de suco, permitindo extrair suco de forma mais eficiente. Em 2004 foi constituída a cooperativa, com 20 associados e um total de 43 hectares de citros, do total da produção,

aproximadamente 90% das frutas eram comercializadas. A agroindústria da cooperativa conquistou a inspeção federal em 2007, facilitando a comercialização do suco.

Atualmente a cooperativa conta com um quadro societário de 30 produtores com uma área total de 75 ha de pomares, composta principalmente por variedades de laranjas e bergamotas. Possui planta industrial com 296m² e sede social com 45m², duas máquinas extratoras de suco, uma extratora de suco a vapor, uma câmara fria, uma máquina beneficiadora de frutas (que lava, seca e classifica), um resfriador, uma caminhonete com capota e um caminhão frigorífico. O quadro funcional é de cinco funcionários.

7 METODOLOGIA

A população da pesquisa compreende empreendimentos que foram formados por meio de projetos de desenvolvimento local. A amostra foi de forma intencional para efetuar a pesquisa na FRUTIPAN. A coleta de dados foi constituída de dados primários, por meio de questionário semiestruturado direcionado ao associado fundador, que auxiliou os pesquisadores na busca de informações sobre a cooperativa de fruticultores Panambi - FRUTIPAN. As questões tinham o propósito de avaliar como a FRUTIPAN foi constituída, quais foram os meios de intervenção, quais foram as principais dificuldades enfrentadas por ela e avaliar, na visão do associado, se a aposta em uma nova forma de cultivo teve retorno positivo.

8 RESULTADOS DA PESQUISA

Pode ser constatado na pesquisa que na cooperativa FRUTIPAN, objeto da pesquisa, o processo para a diversificação de uma cultura tradicional não foi algo simples de ser implementado, como descrito pelo sócio fundador “é preciso ter muita coragem de arriscar e não se preocupar em ser chamado de louco”, pois os desafios são muitos, a resistência dos agricultores em buscar novas alternativas de cultivo e saírem da comodidade é sempre um fator predominante. Além disso, o cultivo de cítricos, principal produto da cooperativa, começa a ter produção após quatro ou cinco anos do seu plantio, o que necessita de um bom planejamento do investimento e de substituição do cultivo anterior. Porém, existem organizações de apoio que organizam e orientam os pequenos agricultores nesta busca, como por exemplo, a EMATER-RS, com planos de negócios e consultorias, participação em

programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (P.A.A.) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como consumidores potenciais, entre outras organizações financiadoras de projetos.

O pequeno número de interessados no projeto e a pequena quantidade de área disponível para o cultivo de cítricos também foi um obstáculo relevante para o surgimento da cooperativa. A associação iniciou com 11 associados e hoje, na forma de cooperativa, conta com 30 associados, que juntos cultivam 75 ha de terra, distribuídos em vários municípios gaúchos. A criação da cooperativa possibilitou aos agricultores terem mais garantia de comercialização da produção, assim como apoio técnico de profissionais especializados. Como principais dificuldades, este tipo de cultivo não difere muito dos tradicionais, sendo impactado por pragas, intempéries e situação econômica e social.

Contudo, segundo o sócio fundador da cooperativa, a rentabilidade por ha é bem maior do que o cultivo tradicional, como, por exemplo, o da soja. No ano em que o preço e a produção colaboraram, um hectare chegou a produzir o equivalente, em moeda corrente, o valor de 300 sacas de soja. Em média a laranja (maior produção da cooperativa) fica somente cinco meses por ano sem colheita, podendo a fruta ficar até quatro meses no pé sem perda relevante da qualidade, o que contribui para uma regularidade quase que em todos os meses do ano no faturamento para o agricultor. Não há dúvidas de que o êxito do cultivo está na produção em escala e com qualidade. Isto exige tecnologia apropriada, capacitação dos produtores, dotação de infraestrutura de comercialização e, neste caso, o acesso a programas de incentivo.

As projeções para o futuro da cooperativa visualizam seu fortalecimento, passando pelo êxito de duas ações fundamentais: garantia de matéria prima e consolidação do mercado. Na questão da matéria prima há uma preocupação, pois não se percebe grande avanço recente, o que faz os cooperados continuarem pleiteando por políticas de fomento para melhorar o suprimento da matéria prima e buscar novos cooperados e novas parcerias a serem incorporadas nas rotinas de trabalho.

A constituição como cooperativa apresenta uma série de vantagens e potencialidades provenientes da política nacional de cooperativismo que instituiu o regime jurídico das cooperativas. Porém como cooperativa também advém as responsabilidades de prestação de assistência a associados, e limitação de admissão de associados às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. Para a FRUTIPAN é importante ampliar o número de cooperados, mas é necessário que eles não sejam de locais muito distantes, por estes fatores ponderados.

Na área de comercialização e marketing, a organização identifica que precisa ter mais visibilidade. Mas, além disso, aprimorar a industrialização, acrescentando, por exemplo, o processo de pasteurização ao suco de laranja e bergamota, lhe possibilitará a comercialização em supermercados da região, o que hoje não é possível, devido ao curto prazo de validade do suco produzido e embalado.

Constata-se que a gestão do empreendimento necessita constante aprimoramento, e os gestores devem buscar capacitação continuada para melhorar os fundamentos da gestão, aprimorar rotinas e adotar práticas de reuniões periódicas entre gestores e funcionários para análise do planejamento, troca de informações e sugestões de melhorias. Trata-se de um aperfeiçoamento necessário a todo empreendedorismo, não sendo diferente neste projeto de desenvolvimento agrário.

CONCLUSÃO

O Brasil vivenciou no último século uma revolução verde, destacando-se mundialmente como grande produtor e um dos maiores exportadores de grãos do mundo, este fato reportou aos agricultores a dedicarem esforços na produção de cultivo contínuo de produtos com maior rentabilidade, o que auxiliou para consolidar a monocultura, principalmente da soja, milho e cana de açúcar, fato que não foi exclusividade do Brasil, mas também de quase todos os países tropicais (SILVA; MARTINS, 2011). Apesar de o Brasil ser uma grande potência em produção de grãos, também possui uma grande representatividade na produção de frutos, sendo o terceiro maior produtor de frutas do mundo, ficando atrás da Índia (segundo) e China (primeiro), destacando assim a importância destes cultivos para economia nacional onde gera 6 milhões de empregos direto (SEAB, 2015).

Comparando no Brasil o total de terras utilizadas para as principais produções de grãos, que na temporada de 2014/2015 totalizou 57,66 milhões de hectares e produziu 204,5 milhões de toneladas, com o total de terras utilizadas na fruticultura, que em 2014 foi de 2,7 milhões de hectares com a produção de 39,62 milhões de toneladas, é possível observar que a produção de frutas ainda é tímida em relação a produção de grão e que ainda existe uma grande oportunidade de avanço neste tipo de cultivo.

Os pequenos agricultores dificilmente possuem a iniciativa de elaborarem um projeto de desenvolvimento, necessitando assim que o Estado, empresas privadas ou outras instituições façam a intervenção para que possa haver uma reorientação nos processos

produtivos agrícolas que possibilitem o êxito para todos os envolvidos (DUFUMIER, 2007). Fato comprovado na presente pesquisa onde a EMATER-RS foi a organização que efetuou a intervenção junto aos agricultores para o surgimento da FRUTIPAN.

É de extrema importância a diversificação do cultivo nos projetos de desenvolvimento rural, possibilitando aos agricultores obterem rendas auxiliares na propriedade, podendo ter um ciclo de retorno mais frequente (DUFUMIER, 2007). A diversificação também pode ser uma forte aliada aos preços de mercados e instabilidades do tempo e é propulsora de possibilidades de comercialização, do resgate do cultivo de produtos tradicionais, da produção para abastecimento da família, a ampliação da renda e possibilidade de investimentos na produção, na qualidade de vida da família e, que essa diversificação da produção diminui os riscos econômicos e oferece mais segurança contra intempéries e desigualdades nas colheitas (HAAS, 2008).

Considerando quanto é necessário que os produtores tenham acesso aos meios de produção adequados, em quantidades suficientes e nos momentos certos, o apoio estatal, evidenciado na história desta cooperativa, foi fundamental, tanto na parte técnica, como na cedência quanto na adaptação de instalações e implantação de infraestruturas de interesse coletivo, componentes importantes para os projetos de desenvolvimento agrícola.

Para que a FRUTIPAN mantenha e/ou amplie posição competitiva no mercado, conforme evidenciado, necessita de apoio à pesquisa, produção e industrialização. Pois a industrialização foi fator fundamental para a sobrevivência da cooperativa até aqui, mas avanços como a pasteurização dos sucos, para ampliação da validade do produto, gerando a possibilidade de comercialização em mercados atacadistas devem fazer parte da visão de futuro da cooperativa.

Ainda conforme Dufumier (2007), a avaliação econômica dos projetos não deve limitar-se somente aos ganhos imediatos de produção, mas deve considerar também, como vantagem, a interrupção da destruição das potencialidades ecológicas e das perdas de produção que não deixariam de ocorrer num prazo mais ou menos longo, na situação sem projeto. Por este viés, foi interessante avaliar o andamento de um projeto de desenvolvimento já iniciado há mais de duas décadas, cujos impactos positivos, tanto econômicos, quanto sociais e ambientais, foram mais positivos do que negativos. Contudo, segundo o mesmo autor, “a avaliação de projetos não deve cultivar a ilusão de que haveria uma alocação ‘ótima’ de recursos, representativa do interesse geral” (2007, p. 289), mas isso não deve ser impedimento para que projetos sejam elaborados e implantados.

A FRUTIPAN é um exemplo positivo de que é possível investir em projetos de desenvolvimento local (rural) e promover uma diversificação do cultivo e de que o apoio de organizações públicas ou privadas é de fundamental importância para a estruturação, crescimento e manutenção destes projetos.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio. **Série agronegócios: Cadeia produtiva de frutas**. Brasília: MAPA, 2007.

BASSO, Nilvo; HENRIQUES, Angélica de Oliveira. **Dinâmica e estratégias de desenvolvimento agrícola do município de Panambi – RS**. Ijuí: Unijuí, 2010.

COSTA, Cinthia Cabral da; GUILHOTO, Joaquim José Martins; IMORI, Denise. **Importância dos setores agroindustriais na geração de renda e emprego para a economia brasileira**. Economia e Sociologia Rural. v. 51, n. 4, p. 787-814, out. 2013.

CRUZ, José Carlos. et al. **Sistema de Plantio Direto de milho**. Brasília: EMBRAPA, 2015. Disponível em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_72_59200523355.html>. Acesso em: 10 nov. 2015.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007.

GOMES, W. S.; BORÉM, A. **Biotecnologia: Novo Paradigma do Agronegócio Brasileiro**. Revista de Economia e Agronegócio, v. 11, n 1, 2013.

HAAS, Jaqueline Mallmann. **Diversificação de produção no meio rural como estratégia de sobrevivência: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul**. ANPPAS, jun. 2008. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-63-64-20080422081013.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Produção Brasileira de grãos 2014/2015**. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/noticias/2015/06/producao-brasileira-de-graos-e-de-204-milhoes-de-toneladas>>. Acesso em: 04 set. 2015.

NETO, Alberto Bracagioli; GEHLEN, Ivaldo; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PÁGINA RURAL. **Primeira agroindústria de sucos de Panambi inaugura obras amanhã**. Disponível em <<http://www.paginarural.com.br/noticia/90732/primeira-agroindustria-de-sucos-de-panambi-inaugura-obras-amanha>>. Acesso em: 05 set. 2015.

PENSAMENTO VERDE. **A monocultura no Brasil e seus impactos ambientais no solo**. Disponível em <<http://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/monocultura-brasil-impactos-ambientais-solo>>. Acesso em: 10 out. 2015.

REETZ, Erna Regina. **Anuário brasileiro da Fruticultura 2014**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2015.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. **Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do Estado do Pará**. Economia e Sociologia Rural. v. 45, n. 3, p.749-775, set. 2007.

SEAB, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **Fruticultura**. Disponível em <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fruticultura_2014_15.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. **A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista**. Sociologias. v. 12, n. 24, p.196-240, ago. 2010.

TRENNEPOHL, D. **Projetos de Desenvolvimento**. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). O desenvolvimento sob múltiplos olhares. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 369-392.